



# II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e  
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021  
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

## **NORBERT ELIAS E A TAREFA DE EDUCAR/CIVILIZAR AS CRIANÇAS**

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

**SARAT; MAGDA**<sup>1</sup>

### **RESUMO**

#### **GT4. PROCESSOS CIVILIZADORES E EDUCAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA**

#### **NORBERT ELIAS E A TAREFA DE EDUCAR/CIVILIZAR AS CRIANÇAS**

#### **NORBERT ELIAS AND THE TASK OF TEACHING/CIVILIZING**

#### **THE KIDS**

#### **MAGDA SARAT**

#### **Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD**

#### **Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador/GPEPC**

#### **Resumo**

A proposta é dialogar com Norbert Elias nas pesquisas que realizou sobre a infância e a educação da criança, articulando especialmente as relações entre adultos docentes e profissionais que trabalham em instituições de Educação Infantil, e tem responsabilidades pedagógicas mediadas por processos formativos, institucionais e profissionais, - diferentes das relações entre pais e filhos - propostas no texto *La civilización de los padres* (1998), ou *A Civilização dos Pais* (2012). No entanto, o texto fundamenta a reflexão a partir de duas questões centrais: “*Como podemos ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole*”. (ELIAS, 2012 p.469). E: “*Como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adultos sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriore*”. (ELIAS, 2012 p.469). Nossa análise busca respostas fazendo um diálogo entre a história da infância, a formação docente para educação infantil, as relações de poder e interdependência entre adultos e crianças nas instituições, os processos de socialização individuais e coletivos e apresenta possibilidades de expressar sociologicamente, alternativas para a educação das crianças nestes espaços educativos, a partir das proposições feitas por Elias.

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/UFGD, magdaoliveira@ufgd.edu.br

## **Abstract**

The proposal of the article is to establish a dialogue with Norbert Elias at the researches on childhood and the children's education, especially focusing the relationships between adult teachers and professionals who work at Children's Education institutions and have pedagogical responsibilities mediated by constitutive, institutional and professional processes - which differ from the relationship between parents and children - proposed in the text *La civilización de los padres (1998)*, or *The Parents Civilization (2012)*. However, the text grounds the reflection starting from two central questions: "How can we help the kids adjust themselves into so complicated and nothing childish societies like ours, that demands such a high prediction and self-control measure". (ELIAS, 2012 p.469). And also: "How can we help them live through the unavoidable individual civilizing process, in which each one of them turns into adults, without their happiness and pleasure opportunities deteriorate". (ELIAS, 2012 p.469). The analysis searches for answers based on creating a dialogue between the childhood's history, the teachers formation on children's education, the power and interdependence relationships between adults and children on the institutions, the individual and collective civilizing processes, and introduces possibilities to express, sociologically, alternatives to grow up children at this educative places, based on propositions stated by Elias himself.

Key words: Children's Education - Civility - Adults and children.

## **Introdução**

*No caso das crianças, trata-se de um grupo de caráter diferenciado, de um grupo que se define pela idade; trata-se de filhos de pais, de pequenos seres humanos totalmente dependentes dos maiores e que se encontram a caminho de se tornarem adultos. Trata-se de crianças que formam um grupo social particular. (ELIAS, 2012, p 470)*

Em um de seus textos mais pertinentes sobre a temática da educação das crianças, ao analisar suas relações com os adultos e sua educação, especialmente pelos pais no interior das famílias e dos espaços domésticos - intitulado, *La civilización de los padres (1998)*, ou *A Civilização dos Pais (2012)* Norbert Elias nos pergunta e nos coloca defronte inúmeras questões de difícil respostas, e como na epígrafe acima aponta que estas estão em processo de tornarem-se adultas em um momento quando fazem parte de um grupo particular dentro do contexto social. Assim entre tantas questões desafiadoras selecionei apenas duas para este trabalho que pretendo discutir em diálogo com pesquisas que realizei sobre a infância e a educação da criança em perspectiva eliasiana. No entanto minha proposta está articulada em pensar nos adultos docentes e profissionais que trabalham com crianças nas instituições de Educação Infantil, diferente dos pais e familiares suas responsabilidades com as crianças partem de outros processos formativos institucionalizados e tem sentido profissional.

A primeira questão colocada por Elias é: "Como podemos ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole". (ELIAS, 2012 p.469). E a segunda: "Como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adultos sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriore". (ELIAS, 2012 p.469). Buscando repostas para tais indagações ao longo do texto, Elias discorre tecendo considerações, que levam a algumas

perspectivas de respostas bastante amplas e desafiadoras fazendo um diálogo entre a história da infância e da criança, e mostra sociologicamente alternativas para pensar a educação das crianças em seus espaços educativos.

No entanto, o enfoque do referido texto *La civilización de los padres (1998)*, - neste artigo utilizaremos prioritariamente a versão traduzida *A Civilização dos Pais (1998)*, por ser de fácil acesso- recai sobre a educação das crianças no espaço privado da família, do lugar doméstico, quando o sujeito vem ao mundo e invariavelmente se relaciona com seu primeiro grupo social. Elias nesta discussão, também faz referência ao poder que se estabelece na “balança” entre adultos e crianças e determina o lugar e o tempo histórico de ambos, ao longo de um processo pelo qual os dois grupos precisam aprender a lidar, a compreender e a se adaptar, pois considerando como processo, está repleto de situações, vicissitudes as quais todos os membros do grupo estão sujeitos no decorrer das transformações sociais.

### **Indagação 1: Como é possível educar/civilizar as crianças**

Ao nos interrogar Elias nos instiga a reflexão e a buscar em nossas pesquisas as respostas, especialmente com relação a primeira interrogação, e dentre as muitas proposições estão em jogo, a necessidade de pensar como podemos ajudá-la a se ajustar ou adaptar-se ao complexo jogo social, ao qual ela está prestes a se integrar no momento em que nasce. Para Elias este tempo quando escreve o texto *A Civilização dos Pais (2012)* ele está se referindo a chamada *sociedade complexa* e ocidental de meados do século XX na Europa.

Ao tratar a infância na Europa de meados do século XX, podemos dizer que a infância tem uma existência social percebida como categoria geracional, histórica, cultural reconhecida pelos adultos. As crianças na sociedade ocidental têm sua individualidade marcada pelos processos de socialização no grupo ao qual pertencem, diferentes de séculos precedentes, como na pesquisa de Phillippe Ariès (1981), que o próprio Elias cita neste texto, para tecer críticas ao autor, que para o momento não nos cabe avançar, mas ao qual ele considera romântico nas suas análises. Por outro lado, Elias discute como as crianças precisam sair de um estado inicial de suas pulsões primárias e adaptar-se ao que chama de uma sociedade complexa mais industrializada, mais regulada, mais autocontrolada. Ao falar de sociedades simples Elias trata este conceito em outros textos (1994,1993, 2012).

Apontaremos um exemplo no qual o autor utiliza no texto *A Civilização dos Pais (2012)*, ao escrever sobre o sistema de esgoto e como essa tecnologia foi sendo usada nos espaços urbanos, e os processos de saneamento, passam a influenciar nos processos de civilização dos modos e maneiras no momento quanto permite a mudança nos modos de higiene, no refinamento das sensibilidades sensoriais e olfativas, retira da vista o indesejável, levando a população a aprender novos costumes sociais. Em determinados períodos estes costumes foram ensinados primeiro aos adultos, e posteriormente às crianças que na atualidade desde que nascem precisam aprender.

Esse processo de civilização de toda criança, a educação para alcançar uma alta medida de autorregulação, normalmente, dura vários anos. Em uma sociedade onde as exigências de autorregulação, no que tange as necessidades naturais - e certamente não só nesse quesito -, são tão altas como nas sociedades industriais mais desenvolvidas de nossos dias, o processo de civilização individual se prolonga consideravelmente, por mais tempo do que em uma sociedade camponesa simples, onde não se necessita de um complicado sistema de canalização para tirar os dejetos humanos da vista e do olfato dos indivíduos. (ELIAS, 2012, p. 481)

Ao tratar dessa sociedade complexa a qual a criança precisa se adaptar, pode-se dizer a partir da perspectiva eliasiana, seria um lugar social ao qual a criança nasce e precisa fazer parte do grupo. Este grupo já está de certo modo ‘pronto’ e regido por altos padrões de regulação dos comportamentos, dos controles e autocontrole das emoções, portanto, segundo Elias são *sociedades complexas* nas quais tais regras devem ser respeitadas, assim a criança precisa

aprender pois sua natureza ainda é distinta do adulto. Diferente dos séculos precedentes e das ditas sociedades mais 'simples' na concepção do próprio Elias ao se referir a grupos quando os graus de controle e autocontrole, pacificação da violência, ainda não estariam efetivamente regulados, portanto as relações seriam mais 'impulsivas' instintivas, e ou tratadas de modo mais passional, pois "em sociedades mais simples o processo de transformação das pulsões, através do qual as crianças são levadas, da liberdade desenfreada das pulsões, até uma regulação ao nível da sociedade dos adultos, toma menos tempo - o processo de civilização individual é mais curto, menos difícil e menos profundo. (ELIAS, 2012, p. 481) a possibilidade de aprendizagem se dá de modo mais tranquilo.

Neste contexto, a criança precisaria nos grupos complexos, aprender normas de conduta que exigiriam dela um alto grau de esforço, de regulação de seus instintos e de suas pulsões, sendo controladas e normatizadas a partir da padronização de comportamentos construídos na longa duração histórica. Tais processos aprendidos em um período relativamente curto, pouco mais de uma década, considerando o tempo de duração da infância. Embora, os tempos que medem a infância sejam mutáveis ao longo da história e tenham diferentes referências (Ariés1981), se considerarmos o Brasil em termos cronológicos a duração aproximada será de 0 a 12 anos incompletos, segundo a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovada em julho de 1990 (Lei nº8069/00).

Portanto, para Elias seria durante este tempo cronológico da infância que o indivíduo precisa desenvolver as aprendizagens sociais necessárias do seu grupo para tornar-se um indivíduo funcional e socialmente aceitável. Assim para as crianças é muito complexo aprender a viver e tornar-se este indivíduo, de acordo com as expectativas do seu grupo, neste espaço de tempo, especialmente se considerar a sociedade atual com o alto grau de previsibilidade, controle e autocontrole das emoções, pois tais características nas crianças ainda estão em constituição. Neste contexto, será responsabilidade dos adultos que convivem ajuda-la nesta tarefa, pois como ele próprio informa:

O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados "adultos" e das crianças. Estas têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto, os pais são instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários de condicionamentos. Através deles e de milhares de outros instrumentos, é sempre a sociedade como um todo, o conjunto de seres humanos, que exerce pressão sobre a nova geração, levando-a mais perfeitamente, ou menos, para seus fins. (Elias, 2011 p. 139).

Esse "padrão emergindo" é uma perspectiva observada por Elias, no entanto, ele trata da criança europeia do início do século XX, que já tinha um modelo de comportamento social específico que separava e, ou distinguia, aquilo que pertencia ao universo adulto e infantil, ou pelo menos estava se constituindo de modo mais marcante e, precisava ser ensinado às crianças, como as regras e normas de civilidade, assim o indivíduo aprenderia com a ajuda dos adultos, sobre tal processo em curso Elias trata ao longo de toda a obra do "*Processo Civilizador: uma história dos costumes*" vol.1., quando investigou amplamente os manuais de civilidade que deram suporte a toda a teoria.

Deste modo, quando Elias na citação aponta os adultos, e dentre estes diz que os pais não seriam os mais adequados, obviamente está se referindo aos pais do século XX, por estarem envolvidos afetivamente com as crianças e de algum modo as ligações afetivas, emocionais e sensíveis em geral, afetam a percepção de um indivíduo em relação ao outro. Bom lembrar que, diferente de séculos precedentes o sentimento de "apego" e "amor" aos rebentos no século XX já está instituído e internalizado de uma forma diferente dos séculos anteriores. Tais sentimentos foram sendo construídos socialmente, o dito "amor materno", amor paterno ou amor pelos filhos (BADINTER, 1985), como conhecemos hoje, foi se desenvolvendo, a partir da modernidade e no curso do próprio processo civilizador na longa duração e na mudança dos costumes.

Tal sentimento também foi valorizado como moeda na preservação da vida das crianças, especialmente nas mudanças ocorridas socialmente nos modos de organização da sociedade, no intuito de garantir a natalidade, a diminuição dos altos índices de mortalidade e assim a manutenção do Estado moderno, fazendo parte das inúmeras transformações no curso do processo civilizatório pois, ao garantir a vida e a sobrevivência das crianças e dos sujeitos, garantia-se a continuidade das gerações, assim no

Último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1985, p. 145)

Ainda que a história das mentalidades tenha levado adiante um discurso que responsabilizou as mulheres pela maternidade e pela educação das crianças nos espaços privados, a perspectiva de Elias indica que os pais, mesmo importantes neste processo formativo não seriam os únicos e, convoca todo o grupo social ao qual o indivíduo faz parte, ou seja, "o conjunto de seres humanos", para ajudar nesta tarefa. Segundo Elias, os pais estariam afetivamente envolvidos, a partir do momento que os conceitos sobre tais relações mudam e se atribuem diferentes valores a estas relações parentais, e se estabelece relações afetivas há uma tendência a flexibilização das normas em favorecimento ao outro, neste sentido os pais seriam inadequados.

As marcas do fim do século XVIII, segundo BADINTER (1985) aparecem no novo conceito de amor materno se expressando entre os grupos familiares, não que este amor não tenha existido de alguma forma em outros períodos históricos, no entanto, a partir destes séculos será utilizado com um valor mercantil que a longo prazo vai fazer associação entre as palavras, "amor" e "materno", promovendo, instigando e fomentando um sentimento de responsabilização somente nas mulheres pelas suas crias "deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade" (BADINTER, 1985, p.146).

Estes sentimentos de caráter afetivo passam a fazer parte das relações familiares de modo a manter a preservação da vida da criança, como parte de novas formas de relacionar-se, somando-se a outros conjuntos de indivíduos que passam a ser parte da vida da criança e grupos que vão inseri-la socialmente. Estariam inscritos entre outros tantos, o espaço institucional da Educação Infantil onde as relações afetivas estão pautadas em outros níveis e modos de se expressar distintos da família. Na educação infantil os adultos que fazem parte do cotidiano não tem relação emocional ou familiar direta com a criança, e as formas de trata-la são pautadas por uma formação profissional específica, que faz da instituição, escola, creche um espaço distinto da casa e do ambiente doméstico<sup>[1]</sup>. Nestes estariam inscritos docentes, gestores e outros.

Ressaltamos aqui que ao falar da Educação Infantil destacamos que apontamos como a primeira experiência da criança fora do espaço doméstico, é a primeira etapa da educação básica, em um sistema educacional formado por três etapas da formação: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). E é nesse tempo e lugar com características muito específicas que as crianças precisam encontrar adultos que as compreendam e as ajudem no processo de aprendizagem dos modelos sociais de civilização pois a

A educação infantil, em sua especificidade de primeira etapa da educação básica, exige ser pensada na perspectiva da complementaridade e da continuidade. Os primeiros anos de escolarização são momentos de intensas e rápidas aprendizagens para as crianças. Elas estão chegando ao mundo aprendendo a compreender seu corpo e suas ações, a interagir com diferentes parceiros e gradualmente se integrando com e na complexidade de sua(s) cultura(s) ao

Portanto nesse contexto, elas precisam se relacionar com adultos que as ajudem a compreender estes novos espaços e grupos sociais com suas etiquetas e modos próprios de regulação. Bem como, controles específicos, padrões e as normas destes espaços, aos quais trataremos mais na questão a seguir.

## **Indagação 2: Como é possível educar/civilizar as crianças**

Uma outra perspectiva que Elias apresenta nesta indagação é o desafio de ajuda-las a tornar-se adultas e, a viver o que ele chama de “*incontornável processo civilizador individual*” embora, este ocorra de modo coletivo e social é, profundamente individual. Todos, absolutamente todos, serão arrebatados por estes processos, e de algum modo atingidos por processos sociais coletivos dos quais não podemos nos eximir. Como Elias acrescenta não é um processo fácil, e indica os inúmeros dissabores do percurso fazendo com que as expectativas, as perspectivas e as possibilidades de “alegria e gozo se deteriore”, acabem ou diminuam, e prevaleça as decepções, sendo na maioria das vezes parte dos processos de aprendizagem individual, social e coletiva da existência humana, que precisa ser internalizada para a própria sobrevivência e permanência no grupo.

O texto *Civilização dos Pais* é lúcido e relevante ao propor tais reflexões e embora nos pareça de certo modo ‘pessimista’ ou ‘fatalista’, mas seus desdobramentos mostram muitas possibilidades, e maneiras de como podemos investir na formação humana, a partir da educação das crianças sob nossa responsabilidade, neste trabalho apresento especificamente as crianças das instituições de educação infantil, atendidas por adultos profissionais e docentes.

As crianças dos Centros de Educação Infantil Municipal, em muitos casos, vão para as instituições com seis meses de idade, pois é o período do término da licença maternidade no Brasil[2], quando as mulheres estão amparadas pela legislação. A partir deste momento retornam ao trabalho e precisam deixar seus rebentos em instituições de atendimento (alguns países tem entendimentos diferenciados chegando a ter políticas de até dois anos com licenças parentais para a família, especialmente nos países nórdicos[3] como a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, e também os do leste europeu considerando as baixas taxas de natalidade e as políticas de incentivo ao aumento da população mais jovem).

De qualquer forma, as crianças são enviadas muito cedo as instituições e se deparam com adultos diferentes da parentela, nestes espaços nos referimos aos docentes, as/os profissionais que atendem direta e indiretamente crianças menores de 5 anos. Estes são em geral os primeiros lugares aos quais as crianças frequentam depois dos espaços domésticos e privados da família, iniciando o alargamento de seus relacionamentos e de seus grupos de sociabilidade, com outros adultos e outras crianças em diferentes interações.

Nestes espaços educativos podemos dizer que existem características fundamentais e as chamadas práticas específicas marcadas por ‘agendas civilizadoras’ (BOTO, 2017) presentes nas instituições, que tem enfoques específicos e práticas que só ocorrem na escola, diferente daquelas vivenciadas na casa da criança com seus familiares. É na instituição que ela vive momentos de convivência e interação próprias e pertinentes deste lugar, vive emoções, experimenta sensações, e aprendizados só possíveis neste espaço, portanto modos de comportamento, regras, normas e valores próprios são ensinados às crianças na instituição educativa, e só tem sentido dentro destes locais.

Há gestos na escolarização que são inesquecíveis na liturgia da memória. As crianças em fila, a organização do espaço em classes seriadas, a construção de horários para abrigar diferentes matérias e disciplinas do currículo, as interações do professor e dos alunos no espaço da sala de aula, as carteiras enfileiradas, o ponto registrado no quadro negro, tudo isso indicia ações e andanças implicadas no que compreendemos por vida escolar (BOTO 2014, p. 104)

Neste contexto, a autora nos instiga a pensar em instituições de escolarização e seus modos peculiares de aprendizado. Ao nos remetermos à Educação Infantil não estamos falando de escola especificamente, pois o Centro de Educação Infantil não é propriamente considerado uma escola, mas um espaço educativo diferenciado que atende crianças de 0 a 5 anos, e nesse local estariam bebês/crianças e não alunos, na relação discente/docente ou professor/aluno. Tal questão para a área não é só retórica, mas conceitual pois reivindicamos a inclusão dos bebês na instituição educativa e, portanto, defendemos que as instituições atendam de forma diferenciada.

Quando se propõe que os estabelecimentos de educação infantil sejam espaços para a produção de culturas infantis, de processos de construção de conhecimentos em situações de interação e de inserção das crianças nas práticas sociais e linguagens de sua cultura, o modelo convencional de escola, historicamente estabelecido e vigente em grande parte das práticas escolares, dificulta a construção de uma nova dimensão educacional. (BARBOSA, 2009, p 28)

Ainda assim sabemos que mesmo nos Ceims, existem práticas, como aquelas indicadas pela autora Carlota Boto inseridas nas chamadas “liturgias” específicas e nas “agendas civilizadoras” escolares, ou escolarizantes que certamente ficarão nas memórias das crianças. Observamos, infelizmente também nestas instituições, a presença de marcas escolarizantes como: filas, classes separadas por idades, horários compartimentados, rotinas de atividades por vezes centradas mais nos adultos do que nas crianças, (embora todos os documentos e discursos teóricos indiquem o contrário), uma disciplina centrada em regras, padrões e condutas que coíbem o corpo e os movimentos da criança. Ou seja, um espaço no qual o adulto na maioria das vezes exerce o poder.

Este poder é exercido pelo adulto com um valor muito mais elevado no gradiente da balança, em detrimento da criança, fazendo com que os espaços de aprendizagem e as possibilidades de a criança apresentar argumentos ou sua margem para negociação sejam menores. Neste aspecto, as ‘agendas civilizadoras’ de manutenção do poder dos adultos sobre as crianças prevalecem na maioria das práticas pedagógicas. Mesmos que possamos reconhecer teoricamente e elisianamente a presença de um poder relacional, se considerarmos a dimensão das crianças, no cotidiano os adultos prevalecem.

Novamente nos remetemos a segunda indagação de Elias de que o processo civilizador individual seja ‘incontornável’ e as crianças precisam tornar-se adultas, mas não farão isso sozinhas e sem a ajuda de um outro, adulto, ou outra criança, ou qualquer indivíduo mais forte, mais poderoso, mais adiantado, ou que estejam em um estágio acima do seu, tanto no conhecimento, como em alguma habilidade, pois o crescimento social se estabelece, segundo Elias, nas interações coletivas entre as crianças e seus grupos. Assim, o processo de crescimento individual está atrelado ao processo coletivo pois “é assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (Elias, 1994, p.35). Ou seja, vivemos continuamente dependente das relações de interdependência que são estabelecidas com o grupo que nascemos e vivemos e no qual também aprendemos a ser adultos, portanto:

Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semisselvagem. Pode crescer fisicamente, mas, em sua composição psicológica, permanece semelhante a uma criança pequena. Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e dos processos formados que ela acarreta (ELIAS, 1994, p. 27).

Neste sentido, ainda que viva em grupo com as mesmas experiências e as mesmas histórias coletivas, dois indivíduos vão estabelecer relações e ter processos individuais distintos, tais processos de individualização serão definidos por cada um a partir de outras variantes, que Elias trata como “processos cegos”, nos quais, embora se possa projetar, programar, jamais teremos o controle do percurso e do que acontecerá levando a um final que poderá ser imprevisível.

Ajudar as crianças a tornarem-se adultas não será exatamente o lugar da educação infantil, pois este espaço atende os indivíduos da primeira infância crianças de 0 a 5 anos, mas certamente propiciará experiências marcantes que vão reverberar positiva ou negativamente por toda a trajetória da vida da criança. Será a partir destas primeiras experiências com os espaços educativos de socialização e outros grupos de crianças e adultos, que o indivíduo vai se descobrir, aprender as regras, as normas da convivência, a sociabilidade e a civilidade social. É na relação com os adultos que se estabelece o poder, a autonomia, a submissão, a emancipação, enfim, as aprendizagens objetivas e concreta, e, também, as subjetivas e da formação das emoções, sensibilidades, refinamento dos modos, portanto Elias nos instiga a descobrirmos as crianças, com as quais estamos trabalhando, convivendo e estabelecendo redes de relacionamentos.

### **Elias possibilita respostas de como é possível educar e civilizar as crianças...**

Neste cenário Norbert Elias nos propõe como possibilidade de resposta as suas e as nossas indagações (eu tomei a liberdade de dividir em três pequenos desafios) enquanto adultos educadores e educadoras que trabalham com crianças nas instituições de Educação Infantil, algumas sugestões como:

- 1 “**Descobrir as crianças** significa, em última medida, dar conta da sua relativa autonomia, ou, em outras palavras, deve-se descobrir que elas não são simplesmente adultos pequenos”. (ELIAS, 2012 p.469).

Os docentes precisam de uma formação que os permita serem desafiados a perceber a especificidade da criança, seus modos de ver o mundo, sua faixa etária distinta, crianças de 0 a 3 não são iguais as crianças de 4 e 5 anos. Assim, é preciso respeitar seu desenvolvimento, seus conhecimentos, suas experiências, sua especificidade. Tratá-las de modo distinto do adulto, vai muito além da faixa etária, das variantes de gênero, etnia, classe social, seria perceber a criança e descobrir em que medida ela é dependente, interdependente e também autônoma, ou seja, ela precisa do adulto, mas o adulto também precisa e depende dela. A criança garante o sustento, a profissão, a realização pessoal dos adultos, e as relações que se estabelecem na instituição são vias de mão dupla, precisam ser boas para todos os grupos que integram o ambiente educativo. Se o adulto da instituição pode propiciar um ambiente que permita a criança aprender, conhecer, se relacionar com seus pares, ter experiências, fazer descobertas coletivas, individuais e em pares é fundamental vencer esse desafio proposto por Elias (2012) de “descobrir as crianças” e esmerar-se no relacionamento para com elas;

2 “**Elas vão se tornando adultas, individualmente**, por meio de um processo social civilizador que **varia segundo** o estado de desenvolvimento dos respectivos **modelos sociais de civilização**”. (ELIAS, 2012 p.469)

Neste segundo aspecto, Elias (2012) nos desafia à reflexão mostrando que o processo civilizador social, coletivo e individual que será absorvido por cada criança em seu desenvolvimento e aprendizagem, está intimamente relacionado as inúmeras variantes dos cenários aos quais esses modelos sociais a criança provém. Ou seja, as crianças pertencem a contextos plurais, diversos, pois as infâncias plurais se inscrevem em processos distintos, marcados pelas variantes de gênero, classe social, etnia, pertença étnica, expressando um dado processo histórico e o modo como cada época pensou e percebeu os modelos para seus grupos. Deste modo, as crianças só podem se tornar adultos, de acordo com os modelos do que os mais velhos do seu grupo esperam ou concebem para ela, tais padrões e normas de civilidade, já estão prontos e tendem a repetir-se na educação dos grupos. No entanto, não estão cristalizadas e as possibilidades de transgredir os padrões e as normas existem levando as mudanças ao longo de um processo histórico sempre

presente nas marcas de uma geração para outra, tais marcas são expressões das crianças e jovens;

3 “A reflexão profunda sobre as necessidades das crianças é, no fundo, o **reconhecimento do seu direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio** e este também é um direito humano”. (ELIAS, 2012 p.469).

Neste aspecto, Elias (2012) nos instiga a pensar sobre a necessidade de reconhecer que as crianças têm o direito de viverem intensamente esse momento da infância e serem somente crianças em seu “caráter próprio”. Que o seu direito não esteja atrelado a uma condição externa à criança para que ela seja respeitada, mas que seja tão somente pelo seu próprio caráter, em estar vivendo a infância na sua especificidade de ser criança, simplesmente o reconhecimento à cultura infantil, a sua própria cultura e a sua história. Pelo direito de serem apreciadas como indivíduos tão somente por serem crianças, compreendidas por essa condição, sendo este seu atributo máximo, e que não lhe seja retirada delas a sua condição de indivíduo/criança. Evoco ainda outro autor referendando tais perspectivas, o sociólogo Willian Corsaro que cunhou o conceito de “cultura de pares” ao referir-se às crianças e pode ser compreendida “como um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares” (CORSARO, 2009, p. 32), amigos, colegas de grupo e outras crianças, deste modo, nos instigam a respeitá-las e reconhecê-las pela sua cultura própria, sua produção cultural, sua história e sua contribuição social.

Estas três ponderações nos levam a dialogar com Elias no sentido de colocar a criança no centro do processo pedagógico nas instituições de Educação Infantil, considerando a importância do debate sobre a condição da criança e as relações estabelecidas entre adultos e crianças, considerando a discussão na área e defendendo o lugar dos bebês e das crianças pequenininhas na ação pedagógica para quem a Educação Infantil deveria voltar-se pois são estas pessoas em formação pelas quais somos responsáveis.

De todo modo, acredito que a pesquisa tem levado a busca de uma formação profissional e de um conhecimento sobre a criança, a infância e suas necessidades, e ao desafio de compreendê-las provocando uma mudança na direção das práticas pedagógicas e nas formas de atendimento à infância nas instituições, pois à medida que adultos e crianças passam a se conhecer e se relacionar melhor, as perspectivas de desenvolvimento individual e coletivo se ampliam. Assim, Norbert Elias (2012) sugere os adultos, não somente nas instituições, deixar as crianças viverem a sua própria vida, embora saibamos dos níveis de interdependência recíprocos, obviamente as crianças são mais dependentes dos adultos, mas também os adultos são com suas crianças:

Esse descobrimento das crianças, certamente, não se limita a um progresso do conhecimento sobre a infância e da compreensão sobre elas. **Trata-se de algo a mais.** Talvez, se pudesse denominar como uma necessidade que as crianças têm de viver sua própria vida, uma maneira de viver, em muitos sentidos, distinta do modo de vida dos adultos, apesar da sua interdependência com estes”. (ELIAS, 2012 p.470, grifo nosso)

Concluindo, é muito provável que esse seja o maior desafio proposto às indagações que nos foram feitas neste texto por Elias, e não vamos responder neste resumo. O que seria o “Trata-se de algo a mais” desta citação, envolveria provavelmente um debate sobre o poder relacional e tema para outro trabalho. No entanto, neste momento poderíamos concluir dizendo que, compreender esse “algo mais” seria respeitar as crianças na sua individualidade, na sua autonomia, percebê-la como alguém que pensa e tem concepções próprias, entender que as crianças são completas, capazes de inventar, criativas, produzem culturas e são produzidas pelas culturas do seu tempo, e como todos os indivíduos do seu grupo social precisam ser ouvidas, respeitadas e terem sua participação garantida nas ações e planejamentos acerca da sua educação, especialmente na instituição educativa. Se começarmos por este aspecto na formação de meninos e meninas o processo civilizador individual, como nos ensina Elias poderá ser mais auspicioso, e com alguma possibilidade de gozo e alegria, pelo menos no período da infância, quando se espera que seja um

tempo mais lúdico, mais fortuito, mais esperançoso na existência humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIËS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Maria Carmem. **Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares** -Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Universidade Do Rio Grande do Sul, 2009.

BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BOTO, Carlota. **A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes**. *Revista História da Educação*, 18(44), 99-127, 2014.

BOTO, Carlota. **A liturgia Escolar Na Idade Moderna**. Campinas, SP: Papirus. 2017

CORSARO, W. A. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e transição iniciais na vida das crianças. In: MULLER, Fernanda e CARVALHO, Ana Maria Almeida. (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 83-103.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 2: formação do estado e civilização**. Tradução Ruy Jungmann. Revisão, Apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter. Tradução Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **El cambiante equilibrio de poder entre los sexos** Estudio sociológico de un proceso: el caso del antiguo Estado Romano". In: ELIAS, Norbert. **La civilización de los padres y otros ensayos**. Editorial Norma, Bogotá, 1998a. p. 199-248.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. 2. ed. Tradução Ruy Jungmann. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 469-493, set./dez. 2012.

[1] Destaco que no momento que escrevemos este texto vivemos um momento de pandemia global do SARS-COVID19 e no mundo inteiro as crianças estão confinadas em casa, aprendendo de modo remoto/online com suas famílias, em muitos casos de forma precária, ou sem nenhuma educação, considerando os grandes níveis de desigualdade social. No Brasil até o momento já perdemos em 20 de maio de 2021 mais de 440 000 mil vidas para essa doença por falta de políticas de saúde e de enfrentamento da pandemia.

[2] No Brasil a licença-maternidade é um direito assegurado pelo artigo 392 da CLT. O texto informa que a funcionária gestante tem direito a se afastar de suas atividades profissionais, sem prejuízo de salário, por 120 dias. Porém, o prazo pode ser estendido pelo projeto “Empresa Cidadã” para 180 dias, também o prazo das licenças das servidoras públicas.

[3] Dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2001 mostram que os países escandinavos são os que oferecem maior prazo de licença-maternidade: 480 dias, no caso da Suécia, após os três primeiros meses, podem ser usufruídos pelo pai ou pela mãe. Nos Estados Unidos, são apenas 12 semanas (sem remuneração). Acesso em 16 de maio de 2021

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812\\_licenca\\_maternidade\\_paises\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_licenca_maternidade_paises_rm)

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil – Cívildade – Adultos e crianças